



**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-  
PRIVADAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – CGPPP/MT  
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Em 18 de maio de 2015, às 14:30 horas, na sala de reuniões da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, localizada no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT.

**CONVOCAÇÃO:** Realizada mediante Ofício Circular n.º 017/2015/GAB/SEPLAN aos membros efetivos e eventuais (MT Participações e Projetos S/A e Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social).

**PRESENCAS:** Secretário de Estado de Planejamento e Presidente do Conselho Gestor, Marco Aurélio Marrafon; Secretário Chefe da Casa Civil, Paulo César Zamar Taques; Secretário de Estado de Cidades, Eduardo Cairo Quiletto; Secretário de Estado de Fazenda, Paulo Ricardo Brustolin da Silva; Secretário de Estado de Infraestrutura, Marcelo Duarte Monteiro; Procurador Geral do Estado, representado pela procuradora Fabiola Paulino Garcia; Controlador Geral do Estado, Ciro Rodolpho Pinto de Arruda Siqueira Gonçalves; Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social, Valdiney Antônio de Arruda (Secretário convidado); Diretor Presidente da MT Participações e Projetos S/A, Vinicius de Carvalho Araújo (interessado). Demais presenças foram registradas na lista de participantes, parte integrante da presente ata.

**ORDEM DO DIA:** 1. Discussão sobre Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas 2015/2016. 2. Delegação das atribuições da Secretaria Executiva do CGPPP. 3. Definição da Unidade Operacional de PPP para apoio ao CGPPP. 4. Análise do Procedimento de Manifestação de Interesse e autorização de publicação de chamada pública do Projeto do Ganha Tempo. 5. Assuntos Gerais.



**ABERTURA:** Os trabalhos foram presididos pelo Presidente do Conselho Gestor (CGPPP), Sr. Marco Marrafon (SEPLAN), que declarou aberta a sessão às 14:50 horas. Inicialmente, o Presidente do Conselho agradeceu a presença dos membros na Reunião do Conselho Gestor de Parceria Público-Privada (CGPPP), visto ser a primeira reunião do Conselho de PPP's no atual governo. Ressaltou a importância do CGPPP e o comprometimento do Governo em buscar soluções por meio de PPP's como alternativa para implantar ações positivas e viabilizar a atração de investimentos para o Estado. Discorreu sobre a importância dos programas e ações do PPA que podem ser desenvolvidas na modalidade de PPP, em especial o projeto do Ganha Tempo - que já se encontra em discussão no âmbito da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETAS), Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e MT Participações e Projetos S/A (MT-PAR). Ressaltou ainda, a importância de inclusão de ações voltadas ao saneamento na proposta de Resolução do Plano Estadual de PPP para o biênio 2015/2016 a ser debatida na sequência, de acordo com a pauta estabelecida.

**DELIBERAÇÕES:** Continuando os trabalhos, o Presidente do CGPPP submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros presentes, os quais decidiram por unanimidade, aprovar os seguintes itens da pauta:

**1. Discussão sobre Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas 2015/2016:** o Presidente do Conselho ressaltou a necessidade de incluir no Plano Estadual ações relevantes para o Governo em consonância com o orçamento atual previsto no PPA. De pronto, entendeu que o projeto do Ganha Tempo (em estudo avançado) e o Saneamento (em estudo preliminar), por serem prioritários, serão incluídos no Plano. O Secretário Chiletto (CIDADES) discorreu sobre a importância do Hospital Central, pois a sua conclusão é uma determinação judicial, assim como a importância de conclusão do VLT, ressaltando que esse projeto está em discussão e é objeto de negociação junto ao Governo Federal. O Secretário Brustolin (SEFAZ) ressaltou a existência de



diretriz do Governo tanto para a construção, como para a concessão da gestão do Hospital. O Secretário Marcelo Duarte (SINFRA) solicitou a inclusão das rodovias no Plano de PPP, de acordo com o Plano Diretor que está sendo elaborado pela SINFRA. Na oportunidade, o Presidente do Conselho relatou ainda o modelo que está sendo discutido para o projeto de implantação de sistema de iluminação LED em que a MT-PAR entraria como participação societária na sociedade de propósito específico (SPE); discorreu sobre o modelo de operação do Cepromat voltado à modernização do parque de equipamento de tecnologia de informação na modalidade de *leasing*, proposta formulada por investidores chineses por ocasião da visita da delegação ao Estado; reforçou ainda a necessidade de renovação da infraestrutura de tecnologia de informação (TI) e da infraestrutura para possibilitar a ampliação dos serviços via portal governamental, informado que a análise atual da estrutura de TI do Estado está sendo realizado por empresas coreanas, americanas e chinesas que, ao final, irão formatar um novo modelo de atuação para o Cepromat contemplando novas tecnologias e modernização do espaço físico da empresa. O Secretário Paulo Taques (CASA CIVIL) solicitou a inclusão do projeto de presídio no Plano em razão de sua visita a unidades prisionais do interior do estado e a constatação das condições precárias de funcionamento. O Sr. Vinicius (MT-PAR) relatou os antigos projetos que compunham o Plano Estadual 2012/2013 e, em decorrência desse relato, o Secretário Brustolin (SEFAZ) solicitou que a MT-PAR envie o projeto do rastreamento eletrônico para análise do escopo pela secretaria. O Secretário Marcelo Duarte (SINFRA) falou sobre a possibilidade da iniciativa privada apresentar modelagem de projetos que possam ser interessantes para o Estado sendo informado pelo Presidente do Conselho que a lei em vigor não autoriza esse procedimento, todavia esclareceu que está aguardando votação por parte da Assembleia Legislativa proposta de projeto de lei, de iniciativa do Executivo, para incluir a manifestação de interesse privada (MIP), o aumento do comprometimento da



receita corrente líquida com as PPP para 5% (cinco por cento) nos moldes da legislação federal e o aumento de capital social da MT-PAR. A procuradora Fabíola Garcia (PGE) esclareceu a dificuldade de constituição das garantias, em especial do Fundo Garantidor, que acarretou a paralização dos projetos do Hospital Materno Infantil e do Presídio na gestão passada. O Secretário Marcelo Duarte (SINFRA) reforçou que a constituição do fundo garantidor com bens imóveis encontrará dificuldades em razão da baixa liquidez do ativo e que esse aspecto é observado pelos potenciais investidores. Na sequência, o Presidente do Conselho colocou a possibilidade de um *pool* de serviços públicos aglutinando todos os serviços do estado num único espaço, nos moldes similares do Ganha Tempo, sendo complementado pelo Secretário Brustolin (SEFAZ) que está sendo realizado trabalho em conjunto com a SEGES para levantamento dos órgãos públicos instalados nos municípios. O Controlador Giro (CGE) lembrou haver correlação entre o projeto do Ganha Tempo e SEGES, ocasião em que o Sr. Vinicius (MT-PAR) informou que estudo conjunto da MT-PAR e SEGES está sendo feito nesse sentido, com previsão de conclusão no final de junho. O Secretário Paulo Taques (CASA CIVIL) externou preocupação no sentido de dar uma resposta sobre a Arena Pantanal, ocasião em que propôs a inclusão da operação da Arena como modelagem futura de um projeto de PPP, sendo inicialmente validado pelos presentes; todavia, o Secretário Chiletto (CIDADES) ponderou a preocupação com a inclusão da Arena Pantanal no Plano Estadual de PPP, primeiramente pelo viés político e em segundo lugar pelo fato da Secretaria de Assuntos Estratégicos (Secretário Gustavo Oliveira) estar trabalhando nas questões ligadas às obras da Copa do Mundo 2014. Sugeriu aguardar o 2º (segundo) semestre para reavaliação da inclusão da operação da Arena Pantanal no programa porque a obra, em si, ainda não foi oficialmente entregue ao Governo do Estado. Diante dos argumentos do Secretário Chiletto (CIDADES) e a manifestação do Secretário Paulo Taques (CASA CIVIL) sobre a necessidade de prudência e



cautela para tratar do tema que vem sendo acompanhado de perto pela sociedade e meios de comunicação, os membros deliberaram por retomar o assunto no segundo semestre de 2015, deixando em aberto a inclusão a posteriori da operação da Arena Pantanal no Plano Estadual de PPP. Ao final das discussões sobre o tema do Plano Estadual de PPP para o biênio 2015/2016, foi aprovada a proposta de Resolução que estabelece o Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas para o biênio 2015/2016, contemplando os seguintes projetos: (i) Ganha Tempo, com 11 unidades; (ii) Operação do Hospital Central; (iii) Operação de Saneamento Básico em conjunto com a Secretaria de Cidades e Municípios; (iv) Implantação de Unidades Prisionais e Cadeias Públicas, a ser encaminhada para publicação e parte integrante da presente Ata.

**2. Delegação das atribuições da Secretaria Executiva do CGPPP e 3. Definição da Unidade Operacional de PPP para apoio ao CGPPP:** o Presidente do Conselho informou a todos os membros sobre a necessidade de dotar o Conselho Gestor de suporte técnico para o desempenho de suas atividades e que, de acordo com a finalidade estabelecida na lei de criação, a MT-PAR passará a desempenhar o papel de braço operacional das PPP's no Estado. Na sequência, a palavra foi repassada ao Sr. Vinicius (MT-PAR), que discorreu sobre a forma de atuação e funcionamento da Secretaria Executiva do Conselho Gestor como órgão de apoio às atividades administrativas desempenhadas pelo Conselho Gestor, além de fornecer o suporte operacional e realizar as atividades administrativas para a consecução dos trabalhos do Conselho Gestor. Submetido o tema à apreciação, os membros deliberaram pela aprovação da proposta de Resolução delegando as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho Gestor e suporte técnico à unidade de operacional de PPP à MT-PAR.

**4. Análise do Procedimento de Manifestação de Interesse e autorização de publicação de chamada pública do Projeto do Ganha Tempo:** o Secretário



Valdêney (SETAS) explanou sobre os tipos de serviços e órgãos públicos que desempenham suas atividades dentro do programa Ganha Tempo, ressaltando a necessidade de formalização da parceria com as instituições por meio de decreto. Na sequência, o Sr. Vinicius (MT-PAR) discorreu sobre o escopo do projeto de modernização das unidades do Ganha Tempo, explicando os detalhes principais que devem ser compor o modelo de PPP, informando aos membros que no projeto em desenvolvimento serão contempladas a locação de espaço físico e operação das unidades; informou que o projeto inicial (fase 1), contemplam 05 (cinco) municípios, sendo um na capital (grande Morada da Serra) e os demais nos municípios de Rondonópolis, Cáceres, Sinop e Barra do Garças, ficando os demais municípios para a segunda fase do projeto. Distribuídas as minutas do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para leitura dos membros. Posteriormente, o Sr. Ciro (CGE) manifestou preocupação quanto aos critérios que serão utilizados na habilitação dos interessados em modelar o projeto, ressaltando a importância da escolha por meio de critérios objetivos, sendo acompanhado pelo Secretário Chiletto (CIDADES). Iniciou-se debate sobre os riscos do negócio já que várias unidades iriam pulverizar a demanda de serviços, ocasião em que a Secretária Alda (Secretária Adjunta de Cidadania SETAS), ressaltou que a congregação de vários serviços numa única unidade assegura uma quantidade mínima de demanda para o projeto. Nesse ponto, o Sr. Vinicius (MT-PAR) explicou que os contratos de PPP admitem o ajuste de demanda e sua sazonalidade, por meio de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, figura típica desse tipo de contrato de longo prazo, além de admitir a aplicação de indicadores de desempenho sobre a remuneração do parceiro privada, já que a mesma é composta por uma parte fixa e outra variável. Foi levantado pelo Sr. Vinicius a importância de definição das garantias para o projeto, colocando uma proposta de ativos capaz de fazer face a 06 (seis) contraprestações mensais e imóveis para cobrir o investimento. Na oportunidade a procuradora Sra. Fabiola Garcia



(PGE) lembrou que esse é um dos principais entraves ao prosseguimento da PPP. O Sr. Ciro (CGE) sugeriu criar um padrão para o julgamento das propostas que serão apresentadas pelos particulares interessados, sendo incumbido pelo Presidente do Conselho a formação de equipe multidisciplinar da MT-PAR, SETAS e CGE para o aprimoramento técnico e jurídico da proposta de Resolução e PMI, com vista à delimitação de critérios objetivos para o julgamento da melhor proposta, estabelecendo-se prazo de 15 (quinze) dias para finalização dos trabalhos. Encerradas as discussões, os membros aprovaram a proposta de Resolução e do PMI, autorizando sua publicação tão logo finalizada a construção dos critérios de avaliação.

**5. Assuntos Gerais:** o Presidente do Conselho facultou a palavra aos demais membros que se manifestaram sobre a importância do encontro e a relevância dos temas debatidos.

**ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião às 16:15 horas, da qual se lavrou a presente ata que, lida, conferida, e achada conforme, foi aprovada pelos membros do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, que subscrevem a lista de presença, juntamente com as Secretarias e entidades convidadas, sendo parte integrante da presente ata de reunião. Local e data: Cuiabá, 18 de maio de 2015. Presidente CGPPP: Marco Aurélio Marrafon; Secretaria Executiva: Vinicius de Carvalho Araújo (Presidente MT-PAR); Secretariado por Adriana Paula Barbosa da Silva.

Cuiabá/MT, 18 de maio de 2015.

  
**MARCO AURÉLIO MARRAFON**  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Presidente do Conselho Gestor de  
Parceria Público-Privada

  
**VINICIUS DE CARVALHO ARAUJO**  
Secretário Executivo do Conselho Gestor  
de Parceria Público-Privada

## CONSELHO GESTOR DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### RESOLUÇÃO CGPPP N.º 001/2015

Estabelece o Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas  
para o Estado de Mato Grosso 2015/2016.

O CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, no uso de suas atribuições e competências conferidas pelo art. 10 da Lei n.º 9.641, de 17 de novembro de 2011 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Estabelecer os projetos considerados prioritários para desenvolvimento e viabilidade por meio de Parceria Público-Privada.

**Art. 2º** O Programa de PPP de Mato Grosso tem por objetivo:

- a) modernizar os mecanismos de implantação e gestão de infraestrutura econômica e social do Estado;
- b) proporcionar a melhoria na prestação dos serviços de interesse público;
- c) permitir o ingresso de capital privado para a implantação e operação de infraestrutura pública;
- d) garantir a universalidade e a qualidade para a prestação de serviços públicos;
- e) aprimorar os mecanismos de gestão por resultado na prestação de serviços públicos;
- f) garantir uma avaliação adequada da gestão da infraestrutura e implantar visão de longo prazo nas decisões referentes à realização de investimentos públicos;
- g) viabilizar a melhor utilização dos recursos públicos.

**Art. 3º** As ações de governo no âmbito do Programa PPP são:

- a) garantir a gestão do conhecimento, capacitando pessoas e aprofundando o estoque de informações em procedimentos referentes às Parcerias Público-Privadas;
- b) aprimorar a arquitetura institucional para o desenvolvimento de parcerias de longo prazo e os mecanismos de governança necessários para tanto;
- c) fomentar novas parcerias, incrementando a realização de investimentos privados em infraestrutura pública, fomentando e viabilizando a implantação de projetos de infraestrutura e de prestação de serviços de interesse público, em parceria com a iniciativa privada;
- d) desenvolver e aprimorar continuamente a capacidade governamental de gestão e regulação de contratos de PPP.





**Art. 4º** Fica aprovada a realização dos estudos de modelagem dos seguintes projetos, que depois de finalizados, serão avaliados para eventual viabilização, por meio de Parceria Público-Privada:

- a) Ampliação e modernização do Programa GANHA TEMPO, que consiste em estudo de viabilidade seguido, se for o caso, de modelagem jurídica, operacional e financeira, para implantação, gestão, operação e manutenção de 11 (onze) unidades.
- b) Operação do Hospital Central.
- c) Operação de saneamento básico junto com a Secretaria de Cidades e os municípios.
- d) Implantação de unidades prisionais e cadeias públicas.

**Art. 5º** Fica autorizada a inclusão de outros projetos ao Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas 2015/2016, mediante a apresentação de manifestação por parte do órgão interessado, a ser submetida ao Conselho Gestor que, se aprovada, concederá autorização para a realização inicial dos estudos de viabilidade e modelagem do projeto.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

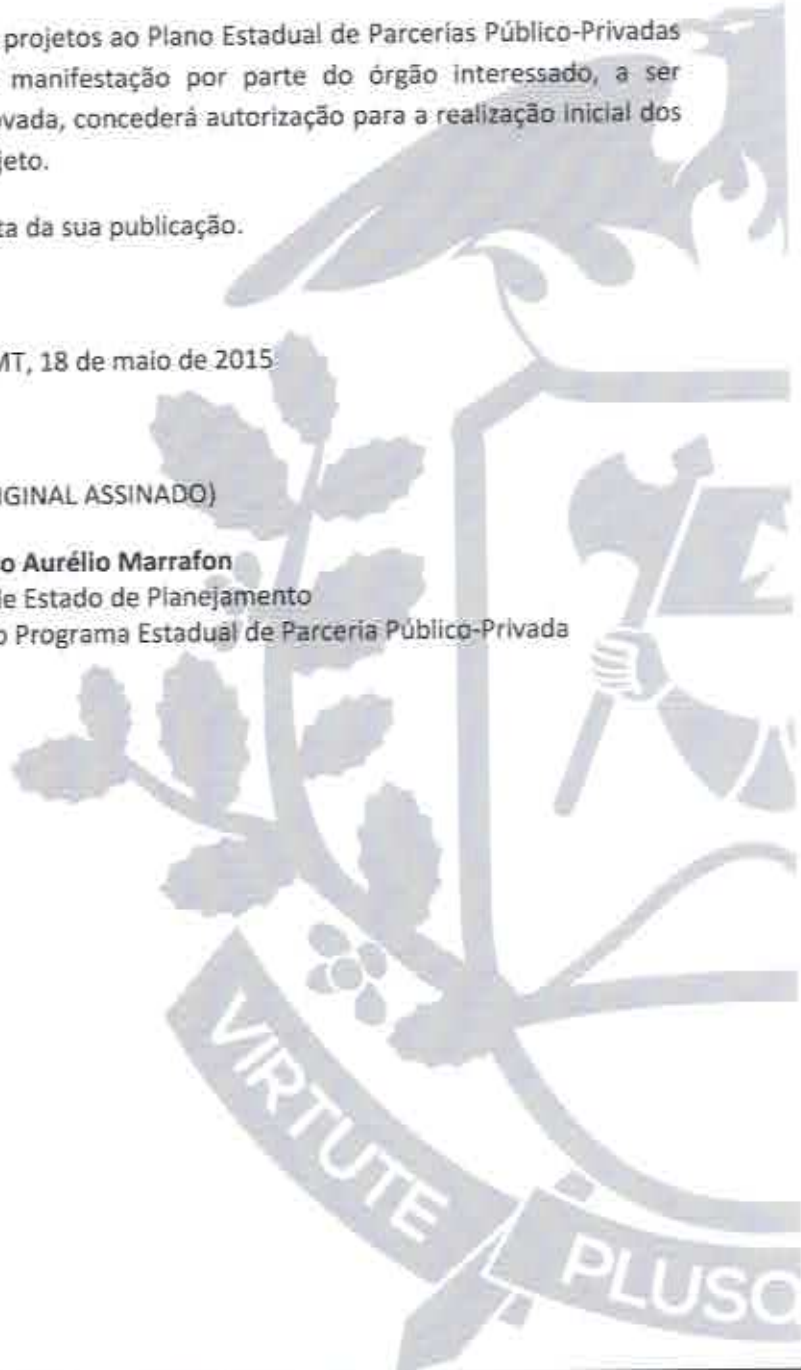
Cuiabá, MT, 18 de maio de 2015.

(ORIGINAL ASSINADO)

**Marco Aurélio Marrafon**

Secretário de Estado de Planejamento

Presidente do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada





## CONSELHO GESTOR DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### RESOLUÇÃO CGPPP N.º 002/2015

Delega as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas.

O CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, no uso de suas atribuições e competências conferidas pelos arts. 10 e 15 da Lei n.º 9.641, de 17 de novembro de 2011 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Delegar à MT Participações e Projetos S/A – MT-PAR as competências da Secretaria Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas.

**Parágrafo único.** As atribuições do Secretário Executivo do Conselho Gestor serão exercidas durante o período de delegação pelo Presidente da MT Participações e Projetos S/A ou por um Assessor da empresa designado para tal finalidade.

**Art. 2º** Compete a MT Participações e Projetos S/A – MT-PAR prestar suporte técnico e desempenhar as atividades administrativas da unidade operacional de Parcerias Público-Privadas, ficando a cargo do Conselho Gestor a coordenação geral dos trabalhos.

**Art. 3º** Competirá a MT Participações e Projetos S/A auxiliar na estruturação da unidade operacional e adequar os instrumentos normativos do Conselho Gestor de acordo com a legislação vigente.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá, MT, 18 de maio de 2015

(ORIGINAL ASSINADO)

**Marco Aurélio Marrafon**  
Secretário de Estado de Planejamento  
Presidente do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada



Pauta: Reunião do conselho gestor das PPP's

Data: 18/05/2015

LISTA DE PRESENÇA

Seq.	Participante	Órgão
1	EDUARDO CAILETTO	SECID
2	Ciro RODOLPHO GONCALVES	CGE
3	Robo RICARDO BEUSTOLIN DA SILVA	SEFAZ
4	PAULO ZAMAR TAQUES	Casa Civil
5	MARCO AURELI'S MURKAW	SEPLAN
6	M. Miguel de C. MANTO	MT PAR
7	Jadilson Paulino Garcia Cardoso	PGE
8	Marcelo Duarte Monteiro	JINFRA
9	WALDINEY ANTONIO DE ARRUDA	SETAS
10	Alda Tuxia Atilio Rodrigues de Castro	SETAS/Cidadania.
11	Heliane Guedes	Setas.
12	Jucymar Kiyomi Ono	Casa Civil.
13	Giovanna Diego Gomes Del' Mello	SETAS
14	Francauli Duarte dos Santos	MT PAR
15	Elma Maria Valle Bonferroni	Casa Civil
16	Wagner X. V. Resende	MT PAR
17	Epaminondas Santos de Castro	MT PAR
18	Kenete de Mattos Neves	Abcom / Seplan
19	Maria Stella Okajima Conselvan	Seplan
20	Maiana Barbosa	MTPAR
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		